



DIAGNÓSTICO ARENDTIANO ACERCA DA MODERNIDADE: O OCASO DA POLÍTICA E A ADMINISTRAÇÃO DA VIDA

DOI: <https://doi.org/10.4013/con.2024.201.07>

Mayara Mara Teixeira Rodrigues

Mestranda em Filosofia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA-CE) - apoio da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (03/2023 a 03/2024).

mayaramara.adv@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0008-8602-3348>

Ricardo George de Araújo Silva

Professor na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA-Sobral/CE).

ricardogeo11@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-1954-1395>

RESUMO:

O presente texto tem como objetivo refletir, no rastro de Arendt, sobre o declínio da política na modernidade diante de sua redução à administração da vida e das necessidades vitais. Para tanto, discutiremos a “moderna alienação do mundo” fomentada pela ascensão do trabalho e da vida, e refletiremos sobre a redução da política à administração da vida diante do advento do social e da vitória do *animal laborans*. Pressupomos que, examinarmos tais categorias nos permite observar o ocaso da política na era moderna e a sua transformação em biopolítica, e, ademais, como esta categoria segue na contramão da noção política da autora. Para a metodologia, realizamos uma exegese filosófica das obras referencias, especialmente a obra *A Condição Humana* (1958), de Hannah Arendt.

PALAVRAS-CHAVE:

Era Moderna. Biopolítica. Liberdade. *Animal laborans*. Esfera Social.

ARENDTIAN DIAGNOSIS ABOUT MODERNITY: THE DEADLINE OF POLITICS AND THE MANAGEMENT OF LIFE

ABSTRACT:

This text aims to reflect, in the wake of Arendt, about the decline of politics in modernity in the face of its reduction to the administration of life and vital needs. To this end, we will discuss the "modern alienation of the world" fostered by the rise of work and life, and we will reflect on the reduction of politics to the administration of life in the face of the advent of the social and the victory of *animal laborans*. We assume that examining such categories allows us to observe the decline of politics in the modern era and its transformation into biopolitics, and, furthermore, how this category goes against the author's political notion. For the methodology, we carried out a philosophical exegesis of the reference works, especially the work *The Human Condition* (1958), by Hannah Arendt.

KEY-WORDS:

Modern Era. Biopolitics. Freedom. *Animal laborans*. Social Sphere.

1 Introdução

Em sua obra *A Condição Humana* (1958), Arendt evidencia que a modernidade foi marcada pelo ocaso da política, suscitado a partir da ascensão da vida e das necessidades vitais ao espaço público. Esclarece Arendt que, na modernidade, o trabalho foi promovido à categoria ímpar em relação à obra ou fabricação e à ação. Diante dessa glorificação do trabalho, a vida e as necessidades vitais alcançaram o patamar da política, ocasionando o declínio desta. Afinal, o *animal laborans* somente visa saciar as suas carências e necessidades vitais, está preocupado apenas com os seus interesses privados e não com os interesses da coletividade, o que o leva ao seu distanciamento do mundo e da política.

Ademais, ainda na obra supracitada, a autora chama atenção para uma diluição entre as esferas do público e privado, respectivamente pertencentes à política e ao lar, o que ocasionou o advento do social, uma esfera híbrida que elevou a vida e as necessidades vitais ao espaço público e vice-versa. O que temos, diante desses cenários apontados por Arendt, é a vida administrada, a política subjugada à necessidade, e isto põe em xeque o próprio mundo e a liberdade como sentido da política. Isto porque, quando a necessidade dita a política e os indivíduos distanciam-se do mundo artificial e comum, não há espaço para a ação como categoria política, mas apenas para a administração da vida.

Isto posto, este artigo pretende examinar o diagnóstico arendtiano acerca da modernidade, de modo a tentarmos mostrar que esse período representou o declínio da política e a sua redução à administração da vida. Para tanto, adotamos a obra *A Condição Humana* (1958) como base de nossas reflexões, e dividimos

este artigo em duas sessões: na primeira, analisaremos o declínio da política diante da alienação do mundo e da laborização da vida; e, na segunda, discutiremos sobre a biopolítica à luz de Arendt, no que tange aos seus estudos sobre vitória do *animal laborans* e o advento do social. Com isso, pretendemos mostrar que Arendt perspicazmente evidenciou que a modernidade foi marcada por um declínio da política diante de sua redução à biopolítica¹ e, ademais, como esta administração da vida segue na contramão da noção política da autora.

2 O declínio da política diante da alienação do mundo e da laborização da vida

Em seus esforços para refletir acerca da modernidade, a qual representou um período tão obscuro no sentido político, Arendt convida o leitor, em sua obra *A Condição Humana* (1958), a “pensar o que estamos fazendo”. (ARENDR, 2020, p. 63). Para tanto, o conduz ao exame das atividades humanas fundamentais e das inversões hierárquicas destas com o advento da era moderna, também alvo de sua atenta análise. O que Arendt denuncia, afinal, é que a era moderna² é marcada pela alienação do mundo³, compreendida como a “[...] dupla fuga da Terra para o universo e do mundo para o si-mesmo [*self*]”. (ARENDR, 2020, p. 64). A respeito da “perda do mundo” experimentada pelo homem moderno, nos esclarece Arendt que,

[...] o homem moderno não ganhou este mundo ao perder o outro, e tampouco, a rigor, ganhou a vida; foi empurrado de volta para ela, arremessado na interioridade fechada da introspecção, na qual o máximo que ele poderia experimentar seriam os processos vazios do cálculo da mente, o jogo da mente consigo mesma. Os únicos conteúdos que sobraram foram os apetites e os desejos, os anseios sem sentido de seu corpo que ele confundia com a paixão e que considerava ‘não razoáveis’ por julgar não poder ‘arrazoar’ com eles, isto é, calculá-los. Agora, a única coisa que podia ser potencialmente imortal, tão imortal quanto fora o corpo político na Antiguidade ou a vida individual na Idade Média, era a própria vida, isto é, o processo vital possivelmente eterno da espécie humana. (ARENDR, 2020, p. 355).

¹ Salientamos que, a expressão “biopolítica” encontra-se ausente dos estudos arendtianos. Entretanto, acreditamos que a sua análise sobre o advento do social e a vitória do *animal laborans* encontra-se atravessada por uma perspectiva biopolítica, tendo em vista que a autora denunciou uma redução da política à gestão da vida e das necessidades vitais dos indivíduos.

² Para Arendt, a era moderna e o mundo moderno não coincidem, de sorte que “cientificamente, a era moderna, que começou no século XVII, terminou no limiar do século XX; politicamente, o mundo moderno em que vivemos hoje nasceu com as primeiras explosões atômicas” (ARENDR, 2020, p. 63).

³ No presente texto, nos ateremos a refletir acerca da “moderna alienação do mundo” a partir da ascensão da atividade do trabalho e da vida, o que fomentou o ocaso da política, na medida em que os indivíduos experimentaram a “perda do mundo” e negaram a política e a liberdade ao visarem os seus interesses vitais e de sua espécie em detrimento do bem comum e de uma vida em plural.

Este voltar-se do homem para si mesmo, para a introspecção⁴, revela-se contrário a um modo de vida plural, a um mundo comum pautado na pluralidade e no estar *entre* os homens. Isto é, “quando a introspecção se torna uma característica do indivíduo pautada nesse movimento de voltar-se a si, o que está em jogo é o mundo. Ou seja, implica na perda do que nos faz políticos, se perde a pluralidade”. (ARAÚJO SILVA, 2018, p. 232).

Para a autora, o mundo comum somente é concebível através da convivência *entre* os sujeitos, isto é, a partir da associação com fins políticos de garantia do bem comum e não meramente em razão da necessidade. Assim, o mundo comum apenas é constituído nesse espaço plural, quando os indivíduos agem em concerto e, através de feitos e palavras, realizam o seu “segundo” nascimento, ocasião em que o seu aparecimento físico original é confirmado. Vale salientar que,

Esse mundo, contudo, não é idêntico à Terra ou à natureza, enquanto espaço limitado para o movimento dos homens e condição geral da vida orgânica. Antes, tem a ver com o artefato humano, com o que é fabricado pelas mãos humanas, assim como com os negócios realizados entre os que habitam o mundo feito pelo homem. Conviver no mundo significa essencialmente ter um mundo de coisas interposto entre os que o possuem em comum, como uma mesa se interpõe entre os que se assentam ao seu redor; pois, como todo espaço-entre [*in-between*], o mundo ao mesmo tempo separa e relaciona os homens entre si. (ARENDR, 2020, p. 103).

O mundo comum, portanto, é esse espaço *entre* que une os indivíduos enquanto os separa, que se constitui como abrigo aos indivíduos e aos assuntos humanos. O alerta de Arendt para o dever dos homens em cuidarem e preservarem o mundo comum deve-se justamente ao fato de que os sujeitos necessitam desse espaço de compartilhamento com os outros de sua espécie, da estabilidade e durabilidade que o mundo oferece através da fabricação que produz um mundo de coisas para além do ciclo repetitivo de produção e consumo. Ademais, o mundo precisa ser um espaço de garantia do surgimento da ação em concerto, para que os indivíduos se tornem mais do que meras réplicas de suas espécies, alvos adequados à atuação de governos autoritários. Entretanto, evidencia Arendt, o que a era moderna suscitou foi a alienação do mundo e, junto dela, o declínio da política.

Esclarece a autora, a era moderna acarretou em uma generalização da fabricação⁵, o que fomentou a abolição da contemplação do âmbito das atividades humanas. Essa consumação da eliminação da

⁴ A esse respeito, aduz Araújo Silva que “para Hannah Arendt, toda introspecção é uma perda de sentido compartilhado. A introspecção, nesta direção, dissolve tudo o que externo e alinha isso no mundo interior. A realidade é subsumida no recôndito da ‘alma’ e, em resguardo, já não deseja o mundo” (ARAÚJO SILVA, 2018, p. 250).

⁵ Esclarece Alves Neto que, “a moderna generalização da fabricação instaurou um gigantesco aumento de ‘produtividade’ que violou a própria estrutura tradicional da vida ativa, pois, no conceito da fabricação, a ênfase mudou inteiramente do produto e do modelo orientador para o processo, isto é, da questão sobre o que uma coisa é e sobre que tipo de coisa deve ser produzida, para a questão de como e através de que meios e processos ela veio a existir e pode ser reproduzida”. (ALVES NETO, 2008, p. 255).

contemplação se deu com a introdução do conceito de processo na fabricação⁶, o qual suscitou uma revolução na atividade do *homo faber*, de sorte que “[...] promoveu, assim, uma inversão radical de valores, pois se outrora o *homo faber* projetava instrumentos e ferramentas para produzir objetos, agora terminou projetando objetos voltados para a capacidade operacional das máquinas em manter o processo produtivo” (ALVES NETO, 2008, p. 255-256). Ou seja, com a introdução do conceito de processo na fabricação, o objetivo do *homo faber* de edificar um mundo artificial e produzir objetos que garantam a estabilidade e durabilidade necessárias para que os homens se sintam em um lar, cedeu espaço para a insaciável necessidade do consumo. A esse respeito, evidencia Alves Neto que,

Nada, para Arendt, demonstra de modo mais claro essa introdução do conceito de processo na atividade da fabricação do que a moderna ascensão do trabalho (*labor*). A ênfase no processo de produção, às custas do interesse nas coisas produzidas, terminou provocando uma emancipação do trabalho. A fabricação passou a ser executada à maneira do trabalho ao passo que os objetos, aos quais o mundo deve a sua durabilidade, passaram a ser consumidos como se fossem meios de subsistência do processo vital. (ALVES NETO, 2008, p. 256).

Em outras palavras, essa introdução do conceito de processo na fabricação, no rastro de Arendt, é bem traduzida na “moderna ascensão do trabalho”⁷. Com a Revolução Industrial, a atividade do trabalho ascendeu ao espaço público, foi elevada à categoria ímpar em relação às demais atividades que compõem a *vita activa*. Ocorre que, a atividade humana que menos atende ao objetivo do *homo faber* é o trabalho, pois ela não produz nada além da mera vida, não produz objetos duráveis ou edifica o mundo artificial que serve de abrigo aos homens e aos assuntos humanos. Antes, é a atividade que lança o indivíduo para dentro de si, em um individualismo egoísta, distanciando-o das preocupações com o mundo ou o bem comum, enquanto alimenta o seu interesse na constante nutrição do seu processo biológico e de sua espécie.

Essa moderna ascensão do trabalho fomentou uma alienação dos indivíduos em relação ao mundo comum. Isto porque, com a elevação do trabalho à categoria de maior importância dentre as demais atividades humanas, a ação torna-se serva da necessidade e a fabricação é realizada, cada vez mais, ao modo do trabalho. Assim, os objetos de uso são consumidos como se fossem objetos do trabalho, e o processo se torna “um fim em si mesmo” e não mais um meio para que um fim seja alcançado. Para dizer com Correia,

⁶ Nesse sentido, assevera Arendt que, “[...] O rompimento com a contemplação foi consumado não com a promoção do homem fabricante à posição antes ocupada pelo homem contemplativo, mas com a introdução do conceito de processo na atividade da produção” (ARENDR, 2020, p. 339).

⁷ Acerca da ascensão do trabalho na era moderna, assinala Alves Neto que, “com o duplo processo de expropriação individual e acúmulo de riqueza social desencadeado pela Reforma, associado à Revolução Industrial, ocorreu na modernidade uma crescente ascensão do trabalho. A moderna ascensão do trabalho insere o homem no ciclo repetitivo das funções vitais, amarrado, por sua vez, ao ciclo da própria reprodução social. A convicção da era moderna, de que o homem só pode conhecer aquilo que faz, terminou com o engajamento dos homens numa atividade ligada a processos contínuos, tais como os processos automáticos e auto-destrutivos da natureza, em perpétuo movimento sem começo nem fim”. (ALVES NETO, 2008, p. 256).

Com a moderna divisão do trabalho e a mecanização do processo de produção, a fabricação assume o caráter de trabalho, dada tanto a ausência de autoria quanto a repetição e a interminabilidade do processo, algo que só é possível, assinala Arendt, porque a abundância mesma condena os objetos de uso a bens de consumo. (CORREIA, 2013, p. 216).

A fabricação é a atividade que edifica o artifício humano como um espaço estável e durável que serve de abrigo para os homens, todavia a atividade capaz de produzir abundância é o trabalho. Nessa medida, Arendt chama a atenção ao fato que, na modernidade, a fabricação adquire o caráter da atividade do trabalho e os objetos de uso passam a ser consumidos como se fossem objetos de consumo, de sorte que a abundância da produção possibilita que os indivíduos devorem “[...] todos os objetos de uso como se fossem bens de consumo, de sorte que uma cadeira ou uma mesa sejam então consumidas tão rapidamente quanto um vestido, e um vestido se desgaste quase tão rapidamente quanto o alimento”. (ARENDR, 2020, p. 167).

Desse modo, o que temos com a Revolução Industrial e, por conseguinte, com a fabricação assumindo características do trabalho, a saber, repetibilidade e interminabilidade, é que a durabilidade das coisas do mundo se torna alvo do consumo insaciável. Isto é, o mundo como artifício humano é minado pelo ideal de abundância do *animal laborans*, dizendo com Arendt,

Em nossa necessidade de substituir cada vez mais depressa as coisas mundanas que nos rodeiam, já não podemos nos permitir usá-las, respeitar e preservar sua inerente durabilidade; temos de consumir, devorar, por assim dizer, nossas casas, nossa mobília, nossos carros, como se estes fossem as ‘coisas boas’ da natureza que se deteriorariam inaproveitadas se não fossem arrastadas rapidamente para o ciclo interminável do metabolismo do homem com a natureza. É como se houvésemos rompido à força as fronteiras distintivas que protegiam o mundo, o artifício humano, da natureza, tanto o processo biológico que prossegue dentro dele quanto os processos naturais cíclicos que o rodeiam, entregando-lhes e abandonando-lhes a sempre ameaçada estabilidade de um mundo humano. Os ideais do *homo faber*, fabricante do mundo, que são a permanência, a estabilidade e a durabilidade, foram sacrificados à abundância, o ideal do *animal laborans*. (ARENDR, 2020, p. 168).

Esse rompimento da fronteira entre a natureza e o mundo⁸, entre a futilidade e a permanência expressam a moderna alienação do mundo, visto que, com a ascensão do trabalho, a vida também é elevada ao patamar público e desaparece o mundo comum entre os homens. Nessa medida, evidencia Arendt que,

[...] num mundo cujos principais valores são ditados pelo trabalho, isto é, onde todas as atividades humanas se resumem em trabalhar. [...] a única coisa que sobrevive é o mero

⁸ A diluição da fronteira entre a natureza e mundo pode acarretar não apenas em uma destruição do mundo, mas também potencialmente da própria natureza. Nesse sentido, assevera Correia que, “a destruição da fronteira natureza-mundo, só pode redundar, pensa Arendt, na devastação do mundo, tanto como artifício humano quanto como mundo comum, mas também potencialmente da natureza, com a inserção de processos novos a contaminá-la com a imprevisibilidade e a irreversibilidade da ação humana” (CORREIA, 2013, p. 217).

esforço do trabalho, que é o esforço de se manter vivo, e desaparece a relação com o mundo como criação do homem. O homem isolado que perdeu o seu lugar no terreno político da ação é também abandonado pelo mundo das coisas, quando já não é reconhecido como *homo faber*, mas tratado como *animal laborans* cujo necessário ‘metabolismo com a natureza’ não é do interesse de ninguém. É aí que o isolamento se torna solidão. (ARENDR, 1989, p. 527).

Uma vez imersos na atividade do trabalho⁹, os indivíduos encontram-se alheios ao mundo comum. No rastro de Arendt, o *animal laborans* é esse indivíduo cujo interesse reduz-se à nutrição de seus processos vitais e de sua espécie, o qual se associa em razão da necessidade e não para fins políticos de cuidado com o mundo. Em vista disso, “o *animal laborans* não foge do mundo, mas dele é expelido na medida em que é prisioneiro da privatividade do seu próprio corpo, adstrito à satisfação de necessidades das quais ninguém pode compartilhar e que ninguém pode comunicar inteiramente”. (ARENDR, 2020, p. 162).

A vitória do *animal laborans* fomenta o ocaso da política, na medida em que são os seus ideais de abundância e consumo¹⁰ que se consolidam na era moderna, e isto dá-se em detrimento da liberdade, da política e da proteção ao mundo comum. Afinal, não há o que se falar em política onde o mundo não garante um espaço de aparecimento para a singularidade dos atores políticos, manifestada através de feitos e palavras. “Para ser o que o mundo é sempre destinado a ser, um lar para os homens durante sua vida na Terra, o artifício humano tem de ser um lugar adequado para a ação e o discurso”. (ARENDR, 2020, p. 219). Ou seja, sem esse espaço onde os atores políticos podem expressar a sua singularidade, debaterem uns com os outros em busca do bem comum, revelarem-se uns aos outros e garantirem a sua realidade e do mundo, não há o que se falar em política, apenas em administração da vida, isto é, em biopolítica.

Esclarece Arendt, diante da glorificação do trabalho na modernidade, temos a “[...] transformação factual de toda a sociedade em uma sociedade trabalhadora” (ARENDR, 2020, p. 62). Para a autora, é uma sociedade trabalhadora¹¹ aquela em que os indivíduos não manifestam a sua singularidade, e a supremacia

⁹ O trabalho arremessa o indivíduo em um ciclo repetitivo e interminável de busca pela nutrição da vida, e, com isso, o *animal laborans* experimenta a “perda do mundo”. Isto porque, “compelido pelas necessidades do corpo, o trabalho é tão exclusivamente concentrado na manutenção da vida, que se torna indiferente ao mundo humano e comum como abrigo e assunto dos mortais” (ALVES NETO, 2008, p. 256).

¹⁰ Os ideais de consumo do *animal laborans* promovem um obscurecimento no mundo do *homo faber*, pois até mesmo os objetos de uso foram consumidos em meio à superabundância da produção e, com isso, desaparece o mundo como artifício humano e como mundo comum. Nesse sentido, nos diz Correia que, “a diluição da fronteira entre uso e consumo e a conseqüente ilimitabilidade de um consumo desatrelado das necessidades vitais imediatas, em um ‘modo de vida’ biológico, por assim dizer, promove a desertificação do mundo do *homo faber* de modo análogo a como o terror o faz, no âmbito da dominação totalitária, com o mundo comum do homem de ação. A mundanidade do homem e a sua possibilidade de emancipação da necessidade estão em permanente risco ante a alienação do *animal laborans* em relação ao mundo, tanto como artifício humano quanto como espaço da aparência”. (CORREIA, 2013, p. 218).

¹¹ A respeito da sociedade de trabalhadores, esclarece Arendt que, “essa sociedade não surgiu em decorrência da emancipação das classes trabalhadoras, mas resultou da emancipação da própria atividade do trabalho, que precedeu em vários séculos a emancipação política dos trabalhadores. A questão não é que, pela primeira vez na história, os trabalhadores tenham sido admitidos com iguais direitos no domínio público, e sim que quase conseguimos reduzir todas as atividades humanas ao

do trabalho nivela as demais atividades humanas ao reduzi-las à função de prover a vida. Com essa socialização do trabalho, na era moderna, o mundo como abrigo dos homens e dos assuntos humanos encontra-se em risco, pois o que impera é a busca pela sobrevivência e a abundância da produção, e não a ação política. Ademais, a atividade da fabricação foi deslocada para o trabalho e os objetos de fabricação passaram a ser consumidos ao invés de usados, o que levou a uma perda da estabilidade e durabilidade do mundo. Nessa medida, Arendt chama a atenção ao fato de que,

Quanto mais fácil se tornar a vida em uma sociedade de consumidores ou de trabalhadores, mais difícil será preservar a consciência das exigências da necessidade que a compele, mesmo quando a dor e o esforço, as manifestações externas da necessidade, são quase imperceptíveis. O perigo é que tal sociedade, deslumbrada pela abundância de sua crescente fertilidade e presa ao suave funcionamento de um processo interminável, já não seria capaz de reconhecer a sua própria futilidade. (ARENDR, 2020, p. 174).

Em uma sociedade de trabalhadores não há espaço para o segundo nascimento dos indivíduos, para a inserção dos homens no mundo comum através da ação e do discurso e, por conseguinte, os indivíduos não se dão conta de sua futilidade, esta que os acompanha enquanto visam apenas a nutrição da vida, isto é, enquanto encontram-se alheios ao mundo e engolfados pela atividade do trabalho. Nos diz a autora, uma sociedade de consumidores “[...] é somente outro modo de dizer que vivemos em uma sociedade de trabalhadores”. (ARENDR, 2020, p. 169), afinal, nessa sociedade os ideais afirmados foram os do consumo e da abundância, e isto se deu em detrimento dos demais ideais. Na modernidade, a mentalidade do *animal laborans* venceu e, conseqüentemente, suscitou o declínio da política e do mundo comum:

O *animal laborans* assim compreendido, ao contrário das outras espécies animais, pode deslocar sempre mais adiante, indefinidamente, o horizonte da sua saciedade, por meio da promoção cada vez mais intensa da indistinção entre desejo e necessidade, assim como entre consumo e uso, sendo um animal potencialmente devastador. Se o *animal laborans*, como animal condicionado que pode ampliar o espectro das necessidades que lhe imprimiu a natureza, maximiza suas necessidades por meio da identificação da máxima felicidade com a máxima saciedade, ele pode tragar não só a natureza como mundo ambiente, mas também o mundo compreendido como artifício humano. (CORREIA, 2013, p. 220).

Ao refletir acerca da modernidade, Arendt observou que ocorreu uma “laborização” das atividades humanas. Essa “laborização, a indistinção das atividades humanas, é filha da revolução industrial, do processo de automação das atividades do trabalho e da fabricação. Esse processo tem provocado tendencialmente a substituição da força humana pelas máquinas” (AGUIAR; REINALDO, 2022, p. 262). Nessa medida, as atividades humanas foram reduzidas à função de prover a vida, de garantir abundância e o progresso. Para dizer com Aguiar,

denominador comum de assegurar as coisas necessárias à vida e de produzi-las em abundância. Não importa o que façamos, supostamente o faremos com vistas a ‘prover nosso próprio sustento’”. (ARENDR, 2020, p. 169).

A tentativa de gerar condições de abundância para a reprodução biológica fez com que o labor, atividade na qual os homens produzem e reproduzem as condições de sobrevivência, adquirisse um *status* impensável na visão tradicional. [...] Arendt verifica que houve uma ‘laborização’ geral das outras atividades: tudo passou a ser visto em função do progresso, da geração da abundância. Consumir, algo que se exerce passivamente, passou a ser a única possibilidade nesse tipo de sociedade. A política, reduzida a governo, passou a se restringir em elaborar e administrar estratégias para o livre desenvolvimento do progresso; o trabalho como capacidade de oferecer objetos e artefatos que tornassem o mundo um abrigo em relação à natureza transformou-se em mera função; mesmo a arte, de atividade encarregada de provocar a reconciliação crítica com o mundo e de embelezá-lo, transformou-se em instância apaziguadora e de entretenimento. (AGUIAR, 2004, p. 10-11).

Diante desse cenário, no qual as atividades humanas fundamentais encontram-se alinhadas e reduzidas à função de prover a vida, a abundância e o progresso, a tendência é que os indivíduos se tornem cada vez mais supérfluos. Quando a fabricação assume o caráter de repetibilidade e interminabilidade inerentes ao trabalho, os objetos de uso passam a ser consumidos como se fossem objetos do trabalho e mina-se o mundo artificial como morada dos indivíduos, como espaço em que eles possam sentir-se em um lar, ou seja, a estabilidade do mundo é eliminada em detrimento da produção em abundância de objetos destinados ao consumo imediato. Ademais, com a laborização da vida, a política também é reduzida à administração das necessidades vitais dos indivíduos, é biopolítica. Isso é possível à medida em que os indivíduos se encontram alheios à política, engolfados na futilidade do trabalho, preocupados somente em produzir em abundância e em garantir a sua saciedade através do consumo imediato, seja de produtos da fabricação ou do trabalho.

A “moderna alienação do mundo” e a laborização das atividades humanas, portanto, fomentaram o ocaso da política e, por conseguinte, reduziram a política à administração da vida. A consequência disso é a “perda do mundo”, pois o *animal laborans* é aplainado em sua conduta, é desinteressado pelos assuntos humanos e pelo bem comum, e “[...] é impossível conceber mundo público sem a convivência de outros que agem em conjunto, vivem juntos. Em outras palavras, mundo público situa-se no meio dos homens, nunca fora deles ou sob o domínio de um membro específico, mas é vivido na pluralidade” (ARAÚJO SILVA, 2018, p. 82).

3 A biopolítica à luz de Arendt: a administração da vida diante da vitória do *animal laborans* e do advento social

Depreende-se, dos textos arendtianos, especialmente de sua obra *A Condição Humana* (1958), uma preocupação da autora diante de uma apatia dos indivíduos em relação à política. Sem dúvidas, Arendt foi um dos grandes nomes a refletirem sobre a política e, por conseguinte, os seus estudos revelam-se como

uma importante chave de leitura para pensarmos as questões e os eventos do nosso tempo, dentre elas a biopolítica¹².

Inicialmente, chamamos a atenção ao fato de que o termo “biopolítica” não se encontra expresso nos textos arendtianos. Todavia, para os leitores atentos do pensamento da autora, as suas análises sobre a vitória do *animal laborans* e a experiência totalitária — o qual não será alvo de nossa reflexão, neste texto — encontram-se atravessadas por elementos biopolíticos. Nessa esteira, concordamos com Duarte (2010) quando este evidencia a atualidade do pensamento de Arendt, e a importância de suas reflexões para os estudos no campo da biopolítica:

[...] penso que se revela com peculiar clareza a atualidade do pensamento arendtiano, o qual descortinou com bastante precocidade o traço característico da política moderna desde o século XIX, qual seja, o paradoxo biopolítico da transformação da vida nua em bem supremo, acompanhado pela crescente desvalorização da vida humana e do próprio espaço político. (DUARTE, 2010, p. 308).

Para Arendt, a política é deliberação, é a ação em concerto dos atores em busca do bem comum, da garantia e da proteção de um mundo que sirva de abrigo aos homens e aos assuntos humanos. Por meio da ação realizamos o nosso segundo nascimento, nos inserimos no mundo comum como agentes que trazem consigo a possibilidade de novos começos. Em outras palavras, a noção arendtiana sobre política

[...] implica não só a possibilidade, latente em todos os seres humanos, de ‘começar’, de criar algo novo, fazendo surgir o inesperado, o imprevisível, mas também, e não de maneira secundária, que a ação política nunca se realiza no isolamento, sempre é uma ação em conjunto, configurando um acordo entre iguais. (TORRES, 2007, p. 240).

Assim, a política se realiza a partir da convivência dos indivíduos uns com os outros, por meio de debates e deliberações, os quais não necessitam alcançar uma unanimidade, uma concordância, de sorte que é indispensável uma pluralidade de perspectivas, pois a política não é concebida no isolamento, ou seja, não há política sem o respeito à pluralidade, sem a permanência de um espaço público adequado para a ação e o discurso. O mundo¹³ precisa ser um espaço de garantia da ação e do convívio para fins políticos,

¹² Salientamos que, a biopolítica no rastro de Arendt será pensada, neste texto, no que tange aos seus estudos sobre a modernidade, especificamente sobre o advento do social e a glorificação do trabalho, a qual encontra-se expressa na vitória do *animal laborans*.

¹³ Segundo Arendt, o mundo deve transcender gerações e ser garantido para aqueles que ainda virão, não somente para aqueles que estão vivos. Para tanto, o mundo precisa ser um espaço adequado para a ação e o discurso, isto é, para a política, pois a realidade dos homens e do mundo é garantida através da ação. Nessa medida, a destruição do mundo pode ser suscitada quando passamos a observá-lo somente a partir de uma perspectiva, como ocorre nas tiranias e nas sociedades de massa. Nesse sentido, nos diz Arendt que, “quando já não se pode discernir a mesma identidade do objeto, nenhuma natureza humana comum, e muito menos o conformismo artificial de uma sociedade de massas, pode evitar a destruição do mundo comum, que é geralmente precedida pela destruição dos muitos aspectos nos quais ele se apresenta à pluralidade humana. Isso pode ocorrer nas condições do isolamento radical, no qual ninguém mais pode concordar com ninguém, como geralmente ocorre nas tiranias; mas pode também ocorrer nas condições da sociedade de massas ou de histeria em massa, em que vemos todos passarem subitamente a se comportar como se fossem membros de uma única família, cada um a multiplicar e prolongar a perspectiva do vizinho. Em

e não somente para a associação em razão da necessidade. Do contrário, corremos o perigo de o mundo artificial e comum perecerem em meio ao deslumbre pelo consumo e abundância, isto é, de serem eliminados pelos ideais do *animal laborans*.

Nos diz Arendt, é somente no espaço público que alcançamos a liberdade política, ao atuarmos em conjunto através de feitos e palavras, nos revelarmos uns aos outros e garantirmos a nossa realidade e do mundo ao nosso redor. No rastro da pensadora, política e liberdade coincidem, de sorte que uma não é concebida se não diante da realização da outra. Nessa medida, “a liberdade, para Arendt, corresponde à espontaneidade, que, por sua vez, somente é possível e tem sentido quando o ser humano age no mundo; mundo constituído de uma pluralidade de seres humanos distintamente capazes de começar, isto é, de agir e discursar”. (MÜLLER, 2018, p. 349).

A partir disso, podemos observar que a ideia de política e liberdade, na letra arendtiana, é concebida na contramão da noção de administração da vida. Isto porque, é justamente a ação espontânea que as técnicas biopolíticas objetivam eliminar, e isso pode ser observado tanto nas modernas sociedades de massas — diante da glorificação do trabalho¹⁴ — quanto na dominação totalitária. Em ambos os casos, a espontaneidade é anulada à medida em que os indivíduos são reduzidos à sua condição biológica, pois o que deseja a biopolítica é o comportamento e não a ação. Isto porque, o indivíduo alienado em relação ao mundo e desinteressado pela política é mais solícito à implementação de técnicas de administração da vida, o que não se condiz com a conduta dos atores políticos, os quais objetivam o bem da comunidade e o cuidado com o mundo comum.

Em suas reflexões sobre a modernidade, Arendt esclarece que houve uma indistinção cada vez mais crescente entre as esferas público e privada, o que levou ao advento da esfera social. Esta, não se trata de uma esfera predominantemente pública ou privada, mas de uma diluição de ambas, de modo que os assuntos antes pertinentes à esfera privada invadiram o espaço público e vice versa. Essa diluição das esferas público e privada suscitaram a redução da política à mera administração. A esse respeito, assevera Ruiz que,

ambos os casos, os homens tornam-se inteiramente privados, isto é, privados de ver e ouvir os outros e privados de ser vistos e ouvidos por eles. São todos prisioneiros da subjetividade de sua própria existência singular, que continua a ser singular ainda que a mesma experiência seja multiplicada inúmeras vezes” (ARENDR, 2020, p. 107).

¹⁴ Esclarece Alves Neto que, a eliminação do mundo comum e da ação é suscitada pelas sociedades de trabalho e consumo, no qual todas as atividades humanas são reduzidas à função de prover a vida e as necessidades vitais dos indivíduos. Assim, “a sociedade do trabalho e do consumo paralisa, assim, o potencial imprevisível e espontâneo da ação e do discurso, desprezando o seu potencial de iniciar algo novo, pois se interessa somente pela capacidade do indivíduo em se adaptar àquilo que está dado. E quando os homens se tornam absolutamente supérfluos e desprovidos de um mundo e desprovidos de um mundo comum, passa a ser dispensável a opinião e qualquer auxílio humano para a instituição e a preservação do mundo, qualquer traço de espontaneidade e imprevisibilidade. Assim, a existência de um mundo comum como espaço intermediário da ação e da fala é a condição para que possamos estar livremente associados ao invés de justapostos, desprovidos de interesses mundanos, fundidos num só interesse ou fragmentados em interesses privados” (ALVES NETO, 2012, p. 204-205).

Para a autora, o ponto nevrálgico desse deslocamento biopolítico da modernidade pode ser localizado no conceito moderno de sociedade. A sociedade é um espaço inventado na modernidade. Sua característica principal é que, não sendo privado nem público, possibilita administrar a vida humana como recurso útil para as forças produtivas. A sociedade é o espaço moderno onde se nega a política nela não existe autogestão dos sujeitos nem exercício da autonomia, mas gestão das suas habilidades e competências. Na sociedade se dilui o ser da política; não se visa a construção da autonomia dos sujeitos, mas a normalização dos seus comportamentos. O social é o espaço em que a política se torna cada vez mais biopolítica. (RUIZ, 2012, p. 58).

Assim sendo, a esfera social elevou os assuntos privados ao espaço público e, por conseguinte, converteu a política em administração da vida ao reduzi-la à função de prover a vida e as necessidades vitais dos indivíduos. Ademais, a sociedade suscita a normalização da conduta dos indivíduos, a redução dos sujeitos a uma mesma identidade, ao mero comportamento e, assim, elimina as possibilidades de ação. Nesse sentido, afirma Arendt que,

[...] a sociedade, em todos os seus níveis, exclui a possibilidade de ação, que outrora era excluída do lar doméstico. Ao invés de ação, a sociedade espera de cada um dos seus membros certo tipo de comportamento, impondo inúmeras e variadas regras, todas elas tendentes a ‘normalizar’ os seus membros, a fazê-los comportarem-se, a excluir a ação espontânea ou a façanha extraordinária. (ARENDRT, 2020, p. 94).

Esse aplainamento das condutas, portanto, é almejado pelas técnicas biopolíticas dirigidas à vida dos indivíduos, e isso foi possível com o advento do social. Isto porque, na sociedade, os indivíduos se unem em razão da necessidade, com vias de garantir a sua sobrevivência e de sua espécie e, conseqüentemente, alienam-se em relação ao mundo. Essa alienação, por conseguinte, distancia os sujeitos cada vez mais da possibilidade da ação, pois na sociedade impera o comportamento ao invés da ação espontânea e a autonomia dos sujeitos, que são indispensáveis para a realização da política. O objetivo da política não deveria ser o provimento das necessidades vitais de um indivíduo ou espécie, mas sim a garantia do bem comum e o cuidado com o mundo, todavia o social emergiu e, junto dele, a política se transformou em biopolítica.

A partir de Arendt, depreende-se que na modernidade nos encontramos diante da glorificação do trabalho, isto é, da supremacia do trabalho em detrimento das demais atividades humanas, a saber, a ação e a fabricação. O trabalho é a atividade que guarda menos relação com a política, pois ao executá-las os indivíduos se encontram em isolamento. O indivíduo engolfado por essa atividade, a saber, o *animal laborans*, não possui um domínio público, é alheio em relação ao mundo e à política, e preocupado apenas com a nutrição de seu processo biológico e de sua espécie e, com isso, torna-se um dos alvos mais adequados à implementação de técnicas biopolíticas.

Na era moderna, a mentalidade do *animal laborans* é a vencedora e, assim, são os seus ideais de consumo e abundância que se consolidaram na sociedade em detrimento dos outros ideais, dentre eles a

política. Nessas sociedades de consumo, as atividades humanas são cada vez mais indistintas, na medida em que são reduzidas à função de prover a vida e as necessidades vitais dos sujeitos, de promover abundância e a saciedade e, por conseguinte, os indivíduos encontram-se cada vez mais alheios à política e ao mundo, e o isolamento se torna solidão. Para dizer com Alves Neto,

Esse colapso biopolítico do mundo ou essa solidão das massas modernas se consolidou através de um modo de vida no qual todas as atividades humanas foram definidas com base na capacidade de sustentar e potencializar a sobrevivência natural, efetuando a socialização do labor e do consumo e a funcionalização de todas as atividades humanas. Trata-se de uma forma de organização biopolítica da vida coletiva que nutriu nos homens a crença de que o fator que rege nossos engajamentos ativos com o mundo é a eterna necessidade imposta a nós pelos processos inflexíveis da natureza e que nós, portanto, dependemos uns dos outros apenas para garantirmos as tarefas necessárias à reprodução da gigantesca esfera social e econômica, cuja gestão seria a finalidade suprema da política. O isolamento se torna solidão radical em uma sociedade onde todas as atividades humanas se resumem em trabalhar e consumir. (ALVES NETO, 2012, p. 198).

Em vista disso, observa-se que tanto o advento do social quanto a supremacia do trabalho, na era moderna, fomentaram o obscurecimento da política e a sua transformação em biopolítica, em uma função de prover a vida e as necessidades vitais dos sujeitos. Essa ideia distorcida de política, no qual impera a necessidade em detrimento da liberdade, a busca pela felicidade individual ao invés do bem comum, o comportamento em oposição à ação espontânea, revela a presença de elementos biopolíticos nos estudos de Arendt. Afinal, quando a vida é elevada ao espaço público e a política se torna serva da necessidade, o que temos é a redução da política à administração da vida, ou seja, à biopolítica. E isto se dá em detrimento da liberdade, da ação espontânea e autonomia dos sujeitos, da realidade dos homens e do mundo comum.

4 Considerações finais

Diante do exposto, podemos observar que, malgrado os estudos de Arendt não contemplem expressamente o termo biopolítica, as suas reflexões sobre o advento do social e a glorificação do trabalho, expressa na vitória do *animal laborans*, evidenciam uma administração da vida, isto é, uma biopolítica. No rastro de Arendt, a era moderna é marcada pelo ocaso da política, suscitada a partir da alienação do mundo e da vitória do *animal laborans*. Assim, o declínio da esfera pública dá-se à medida em que a política é transformada em administração da vida e das necessidades vitais dos indivíduos. E essa administração segue na contramão da noção arendtiana de política, ao passo que é possível a partir da eliminação da ação humana, da liberdade dos indivíduos, da redução dos sujeitos ao mero comportamento. O que resta desse cenário é a vida administrada, e isto se dá em detrimento da política e da liberdade, do prejuízo ao bem comum e aos assuntos humanos. Enfim, esses eventos suscitados pela modernidade conferem um terreno

fértil para a atuação de governos autoritários, pois os indivíduos apenas se comportam e não mais agem politicamente, moldando-se como marionetes no governo da administração da vida, no qual a liberdade política não possui espaço para ser experimentada e a política é serva da necessidade.

Referências

AGUIAR, Odílio Alves. A questão social em Hannah Arendt. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 7-20, 2004.

ALVES NETO, Rodrigo Ribeiro. Mundo e alienação na obra de Hannah Arendt. *Filosofia Unisinos*, São Leopoldo, v. 9, n. 3, p. 243-257, set./dez. 2008.

_____. Hannah Arendt e a biopolítica: distinção e indistinção entre mundo e vida. *Princípios*, Natal, v. 19, n. 31, p. 181- 207, jan./jun. 2012.

ARAÚJO SILVA, Ricardo George de. Introspecção em Hannah Arendt: Rahel Varnhagen, uma pária em busca do mundo. *Princípios*, Natal, v. 25, n. 48, p. 231- 258, set./dez. 2018.

ARENDRT, Hannah. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020.

_____. *Origens do totalitarismo*: Hannah Arendt. Tradução de Roberto Raposo.

São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CORREIA, Adriano. Quem é o animal laborans de Hannah Arendt? *Revista de Filosofia: Aurora*, Curitiba, v. 25, n. 37, p. 199-222, jul./dez. 2013.

DUARTE, André de Macedo. *Vidas em risco*: crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

MÜLLER, Maria Cristina. A possibilidade de novos começos. *Philosophos*, Goiânia, v. 23, n. 1, p. 347-376, jan./jun. 2018.

REINALDO, F. J. O.; AGUIAR, O. A. Trabalho e Condição Humana. In: Rodrigo Ribeiro Alves Neto. (Org.). *Por que ler Hannah Arendt Hoje*. 1. ed. Rio de Janeiro: Via Verita, v. 1, 253-268, 2022.

RUIZ, Castor Mari Martín Bartolomé. O trabalho e a biopolítica na perspectiva de Hannah Arendt. *IHU On-Line* (UNISINOS. Impresso), v. 393, p. 57-60, 2012.

TORRES, Ana Paula Repolês. O sentido da política em Hannah Arendt. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 235-246, 2007.

Recebido em: 11/09/2023

Aceito em: 18/03/2024